

O museu como um arquivo singular: o Parque Estadual de Canudos

Ana Paula Oliveira

Universidade do Porto

Resumo: Com o intuito de refletir sobre a relação entre o museu, a memória e o espaço, esta comunicação tem por objetivo pensar o museu como um arquivo singular sendo perspectivado não apenas como um local de registo histórico, armazenamento, conservação, preservação e organização de dados passados, mas também como um ato de criação em que há um movimento de reconstrução de uma memória histórica. Para tal, procurar-se-à compreender esta articulação a partir da experiência do Parque Estadual de Canudos, localizado na cidade de Canudos, no Estado da Bahia, Brasil. Este espaço, dedicado a um museu a céu aberto, traz marcas da Guerra de Canudos, ocorrida na região entre 1893 e 1897 e evidencia que o passado está inscrito não apenas nas lembranças dos moradores da região, mas também na terra rachada pela seca, no açude que submerge a cidade destruída, nos escombros de cemitérios e templos, nos estilhaços de balas encontrados pelo chão. Ao preservar objetos, marcos, parques e vestígios da guerra, esse museu comunica uma história de sofrimentos, mortes e destruição e pode ser pensado não apenas como um dispositivo monumental e documental, mas como um arquivo, na medida em que «a arquivagem produz, tanto como regista, o acontecimento» (Derrida,1997).

Palavras-chave: museu, memória, espaço, arquivo, Parque Estadual de Canudos

Abstract: *Based on Derrida's deconstructive analysis of the notion of archiving, the aim of this article is to discuss the relationship between the museum, the memory and the space. For this, we understand the museum as a unique archive, a place of conservation, preservation and organization of information but also as an act of creation and reconstruction of a historical memory. To understand this articulation, we are based on the experience of the Parque Estadual de Canudos, located in the state of Bahia, Brazil.*

Key-words: *museum, memory, space, archive, Parque Estadual de Canudos*

O museu como objeto de conhecimento

De acordo com Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes o museu deve ser compreendido como um objeto de conhecimento, pois, ao ser perspectivado como um museu histórico, pensa-se nele não apenas a partir dos objetos históricos com os quais trabalha, mas sim a partir dos problemas históricos que estes objetos, tratados como documentos históricos, suscitam.

Entender estes objetos que servem como suporte físico de informações que serão recuperadas, reorganizadas e interpretadas como um documento implica, nas palavras de Le Goff (1996:547) em compreendê-los como uma forma de material da memória em que existe uma escolha do historiador. Sendo assim, torna-se «o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio». Etimologicamente, o termo latino *documentum*, derivado de *docere*, «ensinar», evolui para o significado de «prova», sem esquecer sua durabilidade, permanência, testemunho e ensinamento definindo, assim, o documento como monumento. Entendido como outra forma de material da memória, o monumento pode ser compreendido como uma herança do passado com capacidade para reenviar testemunhos e características de ligar-se ao poder da perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas.

Se conforme a etimologia do vocábulo «documento», há o sentido de «ensinar», ao considerar essa palavra num sentido mais amplo de «transmitir», «armazenar» e «comunicar» informações, é possível entender o objeto como um veículo de informação.

Nesta perspectiva, a análise do objeto antigo e seu discurso subjetivo, proposta por Jean Baudrillard na obra *O sistema dos objetos* (1997), permite entender o processo pelo qual as pessoas entram em relação com os objetos, bem como o sistema de significações instaurados por eles. Para o autor, o objeto antigo «é puramente mitológico na sua referência ao passado. Não tem mais resultado prático, acha-se presente unicamente para significar (...). Todavia não é nem funcional nem simplesmente 'decorativo', tem uma função bem específica dentro do quadro do sistema: significar o tempo» (Baudrillard, 1997:82). Ressalta, no entanto, não se tratar do tempo real, mas sim dos signos ou indícios culturais do tempo que são retomados no objeto antigo.

Ao afirmar que «todo objeto transforma alguma coisa», Baudrillard desconsidera o contexto no qual está inserido. Uma vez fora deste, não representa e nem

transforma nada. Somente a partir do momento em que é atribuído um sentido pelo grupo, o objeto passa a representar a memória. É como se cada objeto possuísse um fio que, ao ser puxado, fizesse retornar o tempo e todas as histórias de vida nele contidas.

Ao preservar objetos, marcos, parques e vestígios da guerra, o Parque Estadual de Canudos comunica uma história de sofrimentos, mortes e destruição e pode ser pensado não apenas como um dispositivo monumental e documental, mas como um arquivo, na medida em que «a arquivagem produz, tanto como regista, o acontecimento» (Derrida, 1997:29). Na obra *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*, Jacques Derrida propõe, num primeiro momento, distinguir o arquivo daquilo a que frequentemente é reduzido: a experiência da memória e o retorno à origem, mas também o arcaico e arqueológico, a lembrança ou a escavação, resumindo, a busca do tempo perdido. De acordo com o autor:

(...)o arquivo, como impressão, escritura, prótese ou técnica hipomnésica em geral, não é somente o local de estocagem e de conservação de um conteúdo arquivável passado, que existiria de qualquer jeito e de tal maneira que, sem o arquivo, acreditaríamos ainda que aquilo aconteceu ou teria acontecido (Derrida, 2001:29). Uma vez que, de acordo com Derrida, todo arquivo pressupõe marcas, inscrições, impressões, assim como a decodificação das inscrições e das marcas e o armazenamento e a preservação das impressões, é possível pensar no Parque Estadual de Canudos como um espaço em que os objetos e marcos da guerra aparecem articulados com a história que o lugar carrega.

O Parque Estadual de Canudos como um lugar deflagrador da memória

Final do século XIX. Esse período da história brasileira é marcado pela passagem da Monarquia para a República. Tendo como pano de fundo esse cenário, entre Novembro de 1893 e Outubro de 1897, a Guerra de Canudos concentrou aproximadamente 25 mil pessoas, atraídas não só pelas promessas de salvação eterna de Antônio Conselheiro, como também pela posse da terra e pela oportunidade de luta contra o regime de latifúndio. O arraial de Canudos foi dinamitado e queimado pelo exército em 1897. Construiu-se a segunda Canudos, mas o açude do Cocorobó, construído pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), em 1968, passou sobre ela, obrigando os moradores a levantarem uma nova cidade, que vem a ser a Canudos atual.

Esta cidade, transformada pela guerra, é povoada pelas recordações dos sertanejos. Uma descrição de Canudos como é atualmente deveria remeter a todo o seu passado, mas Canudos, não somente conta o seu passado, por meio

dos depoentes, como também o contém na terra rachada pela seca, no açude que submerge a cidade destruída, nos escombros de cemitérios e templos. É toda dividida por marcos, parques e vestígios. Contudo, a cidade de Canudos pode ser entendida muito além de seu conceito geográfico, pois traz marcas da batalha e comunica uma história de sofrimentos, mortes e destruição, conservando, em torno do depoente, as condições que permitem aflorar a lembrança.

Existiram duas cidades diferentes antes da Canudos atual, mas elas parecem se justapor, tornando-se inseparáveis. As imagens que os depoentes fazem de sua cidade não se separam da lembrança do confronto. Esse espaço adquire força na memória dos narradores, pois, ao evocar os acontecimentos, descrevem-no minuciosamente. Alguns espaços que pertencem ao Parque Estadual de Canudos têm uma presença marcante no discurso dos sertanejos moradores da região.

Localizado no Brasil, no nordeste do Estado da Bahia, o Parque Estadual de Canudos (PEC), administrado pelo Centro de Estudos Euclides da Cunha, órgão da Universidade do Estado da Bahia, foi fundado em 13 de junho de 1997. Com uma extensão de 1.321 hectares o lugar onde ocorreu a Guerra de Canudos, mantém alguns pontos estratégicos e sítios arqueológicos disponíveis para visitaçãõ. Entre ruínas, um cruzeiro que denunciava a presença de um grupo religioso no local, trincheiras, ossos e pedaços de artilharia encontrados pelo caminho, projetavam-se os cenários da batalha travada na região. Tudo tão quieto e repleto de significados.

A cidade e a destruição

Sob a Canudos antiga está Belo Monte. Atraiu aproximadamente 25000 fiéis guiados por Antônio Conselheiro para a cidade onde as barrancas eram de cuscuz e seu rio de leite. Os sertanejos olham para a imensidão do açude e, em suas histórias, materializam várias personagens e lugares. Alguns deles têm uma presença marcante nos depoimentos, estão ligados à destruição e, além de determinar as lembranças do grupo, carregam uma força em seus próprios nomes. São eles: Parque da Degola, Vale da Morte e Lagoa do Sangue.

De acordo com os depoentes, o Parque da Degola foi o lugar utilizado pelos soldados para degolarem os seguidores de Conselheiro. Aparece nos relatos de forma breve e remete ao pavor do sertanejo de morrer a ferro frio, não pelo medo da morte em si, mas porque acreditavam que, assim, a alma não seria salva. Os soldados exploravam essa crença pedindo gritos de viva à República. Negado o brado de adesão, eram degolados. Euclides da Cunha (1995) descreve o que acontecia com a vítima, quando apanhada pelos militares:

Agarravam-na pelos cabelos, dobrando-lhe a cabeça, esgargalando-lhe o pescoço; e, francamente exposta a garganta, degolavam-na. Não raro a sofreguidão do assassino repulsava esses preparativos lúgubres. O processo era, então, mais expedito: varavam-na, prestes, a facão (Cunha, 1995:598).

Na descrição de Euclides da Cunha, não bastasse a degola, ainda estripavam-se os prisioneiros. Esse ato de estripar não aparece em nenhum momento nos relatos, nem, ao menos, há uma mínima referência. A degola, embora timidamente, surge nas palavras e gestos de alguns moradores. Nota-se o incômodo causado pela lembrança desse aspecto passado.

Entre os diversos lugares lembrados pelos depoentes estão também o Vale da Morte que foi utilizado como vala comum onde eram jogados os corpos de soldados e conselheiristas e a Lagoa de Sangue que, de acordo com seu João de Régis, um velho morador da cidade:

A Lagoa do Sangue, por sinal, antigamente chamava Lagoa do Cipó, mas, com o ataque que teve aí, que ficou tanto sangue que cobriu a água de sangue, por sinal, ficou por nome que ainda se chama Lagoa do Sangue.

Ao reconstruir um quadro em que muitas partes foram esquecidas ou silenciadas, a memória evidencia alguns traços às vezes invisíveis deixados e, assim, permite que essas «ilhas de passado conservadas» (Halbwachs, 2004:72) tragam impressas no solo marcas e vestígios que evidenciam no espaço as marcas inscritas no lugar pelo grupo, permitindo a este, evocar aquilo que foi traçado. Em relação a este aspecto, Halbwachs (1990:133) afirma:

As imagens espaciais desempenham um papel na memória colectiva (...). Todavia o lugar recebeu a marca do grupo e vice-versa. Então, todas as ações do grupo podem se traduzir em termos espaciais, e o lugar ocupado por ele é somente a reunião de todos os termos. Cada aspecto, cada detalhe desse lugar, em si mesmo, tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outro tanto de aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, ao menos, naquilo que havia nela de mais estável. Certamente, os acontecimentos excepcionais também têm lugar neste quadro espacial, mas porque na ocasião certa o grupo tomou consciência com mais intensidade daquilo que ele era desde há muito tempo e até este momento, e porque os vínculos que o ligavam

ao lugar se tornaram claros, no momento em que iam se romper (Halbwachs, 2004:140).

Esses vestígios materiais que sobrevivem à destruição bem como as lembranças inscritas no solo de um lugar ligam-se à diversas partes do solo. «Se as lembranças se conservam, no pensamento do grupo, é o que se conserva sobre o solo, é porque a imagem do solo permanece, materialmente fora dele; e porque pode a cada instante retomá-la (Halbwachs, 2004:147)». Assim, é possível dizer que a memória se inscreve no solo do lugar e, assim, o espaço serve para pensar o tempo. Para Halbwachs (1990) é a memória coletiva que está em jogo, envolta no espaço da ocorrência do evento. Desta forma, ao recordar, os depoentes criam uma imagem dos lugares que se organizaram no início e tem uma atitude permanente frente a esta, mesmo não existindo mais.

Ao perspectivar o modo de rememoração relacionado ao modo de inscrição torna-se necessário refletir sobre a maneira que a memória se inscreve no solo de um determinado lugar o que implica em compreender como são criadas condições para que uma memória esteja unida a certos espaços e assim seja pensada como um lugar carregado de sentido. Assim, compreender esse processo de «rememoração» ou de «chamamento pelo outro» como pontua Certeau, implica em entender a memória como uma escritura invisível, secreta, originária que possui um caráter móvel.

Pensar essa «fragilidade móvel» da memória implica em compreender que «os detalhes não são nunca o que são: nem objetos, pois escapam como tais; nem fragmentos, pois oferecem também o conjunto que esquecem; nem totalidades, pois não se bastam; nem estáveis, pois cada lembrança os altera» (Certeau, 1998:165). Assim, ao compreender que tanto os objetos quanto as palavras são ociosos e carregam em si apenas um passado em estado adormecido, aponta a memória como um «antimuseu» responsável por despertar estas vozes e objetos. O mesmo pode ser pensado em relação à memória relacionada aos lugares vividos, uma vez que estes tornam presente um ausente e permitem pensar «(...) do visível suas invisíveis identidades: constitui a própria definição do lugar, com efeito, ser esta série de deslocamentos e de efeitos entre os estratos partilhados que o compõem e jogar com essas espessuras em movimento» (Certeau, 1998:189). Dessa maneira, esse espaço definido, circunscrito e articulado pelo que nele está inscrito é pensado como um lugar praticado. De acordo com Certeau:

Os lugares são histórias fragmentárias e isoladas em si, dos passados roubados à legibilidade por outro, tempos empilhados que podem se desdobrar mas que estão ali antes como histórias à espera e permanecem no estado de quebra-cabeças, enigmas, enfim simbolizações enquistadas na dor ou no prazer do corpo. «Gosto muito de estar aqui!» é uma prática do espaço este bem-estar tranquilo sobre a linguagem onde se traça, um instante, como um clarão (Certeau, 1998:189-190).

Esses territórios invisíveis que apenas são lembrados a partir de novas circunstâncias, dão a pensar naqueles espaços a que Certeau nomeia «brutalmente iluminados por uma razão estranha uma vez que os nomes próprios cavam reservas de significações escondidas e familiares» (Certeau, 1998:184) e que são entendidos como lugares de existência concreta, uma vez que relacionam-se às práticas, ao modo como são frequentados. Espaços esses que «fazem sentido» ao impulsionar movimentos que dirigem ou alteram o itinerário dando a este sentidos ou direções, até então, imprevisíveis.

O Parque Estadual de Canudos emerge como um espaço de fruição de memória, de romarias e, até mesmo, como ponto turístico. Este lugar conserva marcas sobre o solo que possibilitam o processo de reconstrução das lembranças, protegendo as marcas do apagamento e, assim, permitindo que a Guerra de Canudos não caia no esquecimento.

Referencias Bibliográficas.

BAUDRILLARD, Jean (1997), O sistema dos objectos. São Paulo: Perspectiva.

CERTEAU, Michel (1998), A invenção do cotidiano. São Paulo : Brasiliense.

CUNHA, Euclides da (1995), Os Sertões: Campanha de Canudos. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

DERRIDA, Jacques (2001), Mal de arquivo: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

HALBWACHS, Maurice (1990), A memória coletiva. São Paulo: Editora Vértice.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. «Para que serve um museu (entrevista)». Revista de História (Rio de Janeiro), v. 2 n 19, p. 46-51, 2007.

___ «Para que serve um museu histórico?». In: MUSEU Paulista da Universidade de São Paulo. Como explorar um museu de história?. São Paulo: Museu Paulista/ USP, 1992. p. 1,2